

A PRODUÇÃO DO TEXTO ANTROPOLÓGICO: UM OLHAR SOBRE O QUE ESTÁ POR DETRÁS DAS PALAVRAS

FERNANDO BESSA RIBEIRO
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO

INTRODUÇÃO

Em 1995 e 1996 realizei trabalho de campo em Águeda. O resultado foi uma dissertação de mestrado em Antropologia Cultural e Social, defendida em Abril de 1997, na Universidade do Minho. Não é minha intenção reflectir sobre o que é dito na dissertação - Memória Industrial em Águeda: fundamentação preliminar para um enquadramento museológico - mas sim sobre o que está por detrás das palavras, ou seja, sobre os problemas relacionados com a investigação e a construção do texto.

Esta dissertação teve como objectivo conhecer e interpretar o processo da construção social das expressões da cultura industrial num meio rural, tendo em vista a produção de uma proposta museológica centrada na dimensão social. Para isso era necessário analisar, a partir da memória social dos indivíduos ligados à indústria, o modo de implantação e desenvolvimento industrial em Águeda, tomando em consideração os impactos produzidos na economia - manutenção de um forte sector agrícola em paralelo com o desenvolvimento do sector industrial - e na sociedade - organização do quotidiano, estratificação e mobilidade social, construção, manutenção /alteração da identidade e das suas referências e padrões, relações de classe e familiares.

A ESCOLHA DO TEMA

A escolha do tema foi um processo lento, marcado por aproximações sucessivas. Uma linha de força: fazer algo que me desse prazer, que

estivesse próximo/dentro dos meus interesses pessoais, das minhas convicções e competências. Concordando com o proposto por Eco (1988: 29), tentei respeitar as seguintes regras óbvias: i) o tema deve corresponder aos interesses do candidato; ii) as fontes e o objecto devem estar acessíveis; iii) as fontes devem ser manuseáveis, ou seja, estar ao alcance cultural do candidato; iv) o quadro metodológico da investigação deve ser conhecido e utilizável pelo candidato.

A escolha do tema foi influenciada pela minha apetência por um aspecto particular da cultura das sociedades industriais: o motociclismo e as práticas económicas, sociais e simbólicas a ele associadas. De salientar que tinha já experiência de trabalho de campo e textos escritos sobre esta temática. Foram um primeiro contacto, proporcionando a recolha e a leitura de bibliografia específica que se veio a revelar útil para a tese. Por outro lado, em termos curriculares, a variante escolhida foi a de Etnomuseologia, pelo que foi necessário conciliar as minhas preferências com a exigência institucional. Daí a opção por uma tese na área da Antropologia industrial com uma forte componente etnomuseológica. Escolhi, pois, realizar uma investigação em Antropologia industrial devido a razões afectivas, de conhecimento e logísticas. Mas também porque faz sentido. Se os antropólogos estudam as culturas não industriais na sua totalidade, porque razão se têm de limitar às margens, ao estudo do exótico nas nossas sociedades (Latour, 1991).

A ESCOLHA E O TRABALHO COM O ORIENTADOR

Os critérios de escolha para encontrar um orientador especialista na área da investigação

foram competência e relacionamento. Em relação a este, não é de modo algum um fait-diver. Tratando-se de uma relação académica /profissional, envolvendo uma forte componente de confiança, é importante que seja positiva. Desde logo, reconhecendo o lugar de cada um no trabalho: o orientador é a autoridade, o estudante está a trabalhar para ser autoridade no tema da investigação. Quero com isto dizer que temos de escolher um orientador com o qual estejamos de acordo no plano científico ou, se assim não acontecer, respeitar as suas instruções sempre que exista desacordo. No meu caso mantive sempre uma relação cordial. Alguma vez estivemos em desacordo? Sim, mas facilmente se resolveu o problema. É evidente que o orientador marca a tese, sobretudo em termos de caminhos a seguir. Seria, certamente, diferente se tivesse um outro orientador. Acima de tudo, é uma questão de honestidade. Somos nós que escolhemos o orientador, não poderemos usá-lo mais tarde, no caso das coisas correrem mal, como bode expiatório (Eco, 1988).

Feito o contacto, discutidas as ideias e o projecto, conseguida a sua anuência e aprovado o projecto de tese, iniciou-se um longo trabalho conjunto, marcado por uma dupla negociação. Desde logo, entre eu próprio e o meu orientador, depois entre eu próprio e eu próprio, isto é, entre as minhas convicções, as informações detidas e a escrita, a produção do texto. Um aspecto de grande importância é o da proximidade e facilidade de contacto com o orientador. A distância geográfica e os afazeres deste podem comprometer uma orientação e provocar um forte rombo no orçamento pessoal.

METODOLOGIA E TRABALHO DE CAMPO

Quando iniciei o trabalho de campo tinha a metodologia perfeitamente arrumada. Em primeiro lugar o método e a natureza do acesso (cf Hornsby-Smith, 1993): assumido, porque todos aqueles que colaboraram na investigação - informadores, entrevistados, etc. - foram informados da natureza e dos objectivos; aberta, pois os informadores e as instituições estavam receptivos ao contacto com o exterior. Trata-se do contexto de investigação mais favorável ao estabelecimento de diálogo com potenciais informadores e à inserção do investigador no meio social em que desenvolve o seu trabalho. Por outro lado, observei as regras propostas por Robson (1993: 33-34): i) respeito pelo protocolo; ii) estímulo à participação; iii) transparência da investigação; iii) autorização para citação das informações obtidas.

As entrevistas foram obtidas através de uma estratégia muito simples e frequente, a do encadeamento. Cada entrevistado indicava um outro que poderia estar disponível para dialogar e responder às minhas questões. Por vezes, quando um entrevistado tinha bons contactos no meio, pedia-lhe para indicar várias pessoas e fazer junto delas a minha apresentação. Através das entrevistas tentei encontrar/conhecer a racionalidade interna do comportamento dos indivíduos, ou seja, compreender o seu modo de pensar segundo a perspectiva emic. Foram de dois tipos: i) não-estruturada (completamente informal); ii) semi-estruturada. As questões a colocar foram previamente testadas para verificação da sua adequação aos objectivos que através delas se preten-

diam atingir. Para conseguir que o entrevistado fosse aberto, tentei cumprir com o proposto por Robson (1993: 232): i) ouvir mais do que falar, pois a entrevista não é um espaço de afirmação do investigador; ii) colocar questões claras e de uma forma simpática; iii) evitar fazer perguntas que condicionem a resposta do entrevistado; iv) mostrar - independentemente do estado psicológico - que estamos a apreciar o diálogo.

Tentei definir com grande rigor a metodologia. No entanto, quero salientar que ela não condicionou totalitariamente a investigação. De facto, mantive sempre presentes as palavras de Bourdieu (1989: 26-27): "A construção do objecto não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efectua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções".

O trabalho de campo decorreu sem sobressaltos de maior. Todas as pessoas contactadas revelaram a maior abertura ao diálogo, falando-me do seu passado sem problemas, às vezes com sentida emoção. A maior parte das informações foram registadas em suporte magnético para posterior tratamento analítico. Sempre que tal se revelou necessário - por exemplo conversas informais com os informadores -, recorri ao registo escrito. Na realização das entrevistas adoptei a regra de investigador e entrevistado a sós. Alguns informadores

participaram em mais do que uma sessão, por tal se ter revelado necessário para o complemento e a confrontação de informações recolhidas. Os objectivos de cada sessão foram previamente definidos, assim como a data da sua realização. Entre a apresentação dos objectivos ao informador e a data da sessão decorreu sempre um intervalo de alguns dias, de modo a proporcionar ao informador tempo para reflectir sobre o assunto, de forma a uma melhor sistematização das suas ideias

A REDACÇÃO DO TEXTO

Concluído o trabalho de campo inicieei a fase da redacção. Foi neste momento que verifiquei como é importante o modo como realizamos o trabalho de campo: se as informações estão bem organizadas, se as notas são detalhadas, se os esboços já escritos são consistentes. De contrário, estamos metidos num grande sarilho, que nos obriga, em situações limite, a refazer o trabalho, a voltar ao campo para recolher informações que já deveríamos ter na nossa posse.

Definidos os objectivos, analisado o material recolhido, escrevi a primeira versão, que foi entregue a diversas pessoas para uma leitura e comentários críticos. Quais as principais alterações da primeira para a segunda versão? Basicamente, uma compactação dos capítulos iniciais, o que levou à diminuição do número total de seis para quatro. Por outro lado, e esta é talvez a alteração mais substantiva, foi invertida a disposição da teoria/observações efectuadas. Se na primeira versão partia do geral, ou seja,

da teoria para o terreno, na segunda versão apresentei primeiro o material recolhido, remetendo para as notas de rodapé ou para o fecho dos capítulos as considerações teóricas. Tentei, ainda, reforçar a ligação entre capítulos, dando uma maior coerência ao texto. Uma das estratégias foi a utilização de uma palavra-chave: tempo. Da segunda versão resultou a versão final, introduzidas as correcções gramaticais e ortográficas e pequenas alterações de pormenor, nomeadamente uma nova compactação, sem eliminação de texto, de modo a reduzir a dimensão do trabalho para as 200 páginas.

Até ao fim subsistiu um problema, a falta do título. Ao contrário do que sugere Eco (1988), não consegui encontrar, aquando da escolha do tema, um título para a tese. Não é grave, temos de avançar e de ser pragmáticos, mais tarde se verá. Não conseguimos resolver um problema? Não faz mal, prosseguimos o nosso caminho. Não podemos é ficar bloqueados, não fazer mais nada enquanto ele não ficar resolvido. Como é que ele é solucionado? Muito simplesmente, escrevendo várias hipóteses, pedindo sugestões. Acabou por ser o orientador a apresentar a proposta final para o título.

O PROBLEMA DA OBJECTIVIDADE E O ENQUADRAMENTO TÈÓRICO

Interesses pessoais, convicções, paixões... e a objectividade? Uma questão vezes sem conta formulada, o problema da isenção e do distanciamento. Não tenho dúvidas, o meu "Fernando Bessa engagement" foi consciente e assumido. Não partilho, de todo, das teses

positivistas da ciência pretensamente objectiva e neutra. Uma das melhores respostas para este problema foi dada por Wallerstein (1990: 20): "Todos somos irremediavelmente o produto do nosso background, do nosso treino, da nossa personalidade e papel social e das pressões estruturadas no seio das quais operamos". Reflectindo sobre a experiência vivida no 'Triângulo do Mármore', Vale de Almeida (1995: 7), depois de considerar que o que se produz em Antropologia é um texto, afirma que aquilo que está no seu texto não é a vida real dos informantes, nem a própria experiência vivida, mas uma interpretação, subjectiva e baseada nos discursos dos informantes.

Em termos teóricos reconheço a influência do conceito de centro e periferia, extremamente útil para uma melhor compreensão de alguns aspectos relacionados com o tempo de trabalho, nomeadamente sobre a contratualização e flexibilidade salariais. Como pano de fundo preocupava-me a reduzida visibilidade científica dos operários, paralela à desvalorização do marxismo nas décadas de (finais de setenta) e (sobretudo) oitenta, que levou B. S. Santos (1994: 20) a questionar se esta década não "será uma década para esquecer?"

CONCLUSÃO

Falta responder a uma questão que, todos nós certamente já fizemos, sobretudo em momentos de maior desânimo. Valeu a pena? Sim, definitivamente sim. Apesar das

dificuldades para levar a bom termo este trabalho, nunca esqueci Eco (1988: 224): "Fazer uma tese significa recrear-se e a tese é como o porco, não se deita nada fora". Na verdade, diverti-me, aprendi a olhar e a observar os outros, confrontei a minha experiência com outras experiências, a minha vida com outras vidas. Quanto a ser como o porco, veremos... Se outras razões não existirem, uma representa uma enorme vitória pessoal: vencer a angústia da folha em branco (no meu caso, o écran em branco). No fundo, tentei ao escrever, como propõe Saramago e na medida das minhas possibilidades, ir ao encontro do Outro. Não sei se o consegui. Não me compete a mim, certamente, responder. Apenas posso afirmar que tentei...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Miguel Vale de. 1995. *Senhores de Si: Uma Visão Antropológica da Masculinidade*. Lisboa, Fim de Século.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel.
- ECO, Umberto. 1988. *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*. Lisboa, Editorial Presença.
- HORNSBY-SMITH, Michael. 1993. "Gaining Access" in Gilbert, Nigel (edited by), *Researching Social Life*. London, Sage Publications, pp. 52-67.
- LATOUR, Bruno. 1991. *Nous N'avons Jamais Été Modernes - Essai d'Anthropologie Symétrique*. Paris, Éditions La Découverte.
- ROBSON, Colin. 1993. *Real World Research: A Resource for Social Scientists and Practitioner-Researchers*. Oxford, Blackwell Publishers.
- SANTOS, Boaventura Sousa. 1994. *Pela Mão de Alice - O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto, Edições Afrontamento.
- WALLERSTEIN, Immanuel. 1990. *O Sistema Mundial Moderno*. Porto, Edições Afrontamento.